



ATA DA 372ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1

2 No dia vinte e seis de abril de 2013, no auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração -
3 Sicm, realizou-se a tricentésima septuagésima segunda reunião ordinária do Conselho Estadual do
4 Meio Ambiente – Cepram. Esteve presente a secretária executiva Mariana Mascarenhas presidente
5 em exercício, Eliuda Soares, Marília Gavazza representantes da Secretaria do Meio Ambiente –
6 Sema e demais membros integrantes deste Conselho: Marcos Gonçalves – Seinfra, Claudio Carilo
7 Magalhães – Copiba, Aurinézio Barbosa – Cofic, Sergio Bastos – Sinpeq, José Luciano – Cetrel S/A,
8 Guilherme Moura – Faeb, Leila Oliveira – Sindicato Rural de Camacan, José Cisino - Aiba, Evilásio
9 Fraga – Sindicato Rural de Coaraci, Iglésias Cabalero – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo
10 Químico Petroleiro do Estado da Bahia, Josemário Martins – Sindicato de Trabalhadores e
11 Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro, Emídio Neto – Papamel, Renato da Cunha – Gambá, Daniel
12 Barreto – Bioeste, Almir Requião – Manguezal Meu Quintal, Melquiades Oliveira – Cepedes, Kátia
13 Lima – Seagri, Romeu Temporal – Seplan, Renavan Andrade – Sedur, Leiticia Nobre – Sesab, Luis
14 Galvão – Sindbrita, Ricardo Cassamassimo – Sindpacel, José Roberto Celestino – Sinaenco, Tatiane
15 Simões – Paisartt Construtora, Wilson Andrade – Abaf, Agnaldo Neto – Ahseb, Arnor Junior – Abes,
16 Claudio Mascarenhas – Germen, Osvaldina Cruz – Associação Flora Brasil. A conselheira Mariana
17 Mascarenhas presidente em exercício cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental a
18 sessão foi aberta. Constaram em pauta: apreciação da ata da 371ª reunião ordinária; relato de
19 processos com pedido de vistas, adiados e novos. A conselheira Mariana Mascarenhas justificou a
20 ausência do presidente deste Conselho; citou os pontos de pauta da ordem do dia; colocou a ata da
21 371ª reunião ordinária para votação. O conselheiro Luis Galvão citou que havia algumas correções;
22 disse que foi tratado o que ocorrer no início da sessão antes da apresentação constada em pauta;
23 lamentou que causasse certo tumulto na reunião; solicitou da Secex rever a organização da pauta e
24 condução da reunião. Passou para o ponto relato de processos. O conselheiro Renato Cunha interviu
25 para lamentar o conteúdo de pauta, considerando que cem por cento referia-se a processos
26 recursais; sugeriu a criação de uma Câmara Técnica Recursal composta por membros deste
27 Conselho; propôs que a pauta do Cepram fosse para discutir políticas ambientais; solicitou que fosse
28 revisto a forma de indicação de relatores. O conselheiro Roberto Celestino ressaltou que o Inema
29 revisse o encaminhamento de processos recursais ao Conselho, considerando que o tempo de envio
30 quando o autuado já perdeu o prazo recursal. A conselheira Mariana Mascarenhas esclareceu que, o
31 conteúdo desta pauta por constar somente de processos se deveu ao volume e a necessidade de se
32 esgotar as matérias de competência desse Conselho; comentou que matérias propostas por qualquer
33 um dos membros integrantes deste Conselho deverá ser enviada à Secex com antecedência, ou seja,
34 antes do prazo de convocação. O conselheiro Melquiades Oliveira questionou quanto ao tempo
35 extenso do processo e a não informação quanto à situação atual do empreendimento. O conselheiro
36 Josemário Martins reiterou solicitação para que a Secex articule a participação de representante da
37 Superintendência Nacional de Unidade de Conservação do ICMBIO e o IBAMA para expor sobre o

Univ. J. J. J.

Francisco

JA

A. J. J.

2

38 Mosaico de Conservação do Boqueirão da Onça que envolve cinco municípios baianos. A conselheira
39 Leila Oliveira sugeriu solicitar ao INEMA informações atualizadas da pessoa física responsável pelo
40 empreendimento autuado. O conselheiro Renato Cunha solicitou informações sobre o volume de
41 processos recursais existentes atualmente no Inema para ser submetido ao Conselho. Em seguida
42 passou a Apreciação de processos com pedido de vista: Processo nº 2008-011971/TEC/AIEM-0049 –
43 R Carvalho Construções e Empreendimentos Ltda referente ao auto de infração de embargo. O
44 conselheiro revisor Luiz Vitor Marsala pediu vistas para uma visita técnica ao local, mas não se fazia
45 presente naquela reunião. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou o voto do conselheiro relator
46 Miguel Accioly que opinou pela manutenção da penalidade imposta pelo Inema em votação. Foram
47 13 (treze) votos favoráveis ao voto do relator e 5 (cinco) abstenções. Processo nº 2009-
48 030230/TEC/AIMU-0632 – Embráfios Indústria Comércio e Exportação Ltda., referente ao auto de
49 infração de multa, conselheiro revisor Wilson Andrade que apresentou voto favorável a redução da
50 multa no valor de R\$ 3 mil reais, já depositado desde 30 de setembro de 2010. A conselheira Letícia
51 Nobre sugeriu melhorar a qualidade de avaliação dos autos dos processos. O conselheiro Josemário
52 Martins sugeriu que fosse aplicada a penalidade de converter o valor da multa em prestação de
53 serviços relacionado à proteção ambiental no município, conforme Artigo 2º da Lei 10.431. O
54 conselheiro Luis Galvão comentou quanto à necessidade de se conhecer os autos do processo,
55 buscar informações complementares, para que se analisem de forma coerente os fatos; disse que
56 estaria de acordo com o voto do conselheiro revisor que sugeriu a redução do valor da multa. A
57 conselheira Mariana Mascarenhas ressaltou que qualquer membro integrante deste Conselho pode
58 sugerir ou propor matérias a serem submetidas à análise das Câmaras Técnicas. O coordenador
59 Marcos Machado do Inema prestou esclarecimentos com relação ao funcionamento da empresa sem
60 a licença ambiental antes da aplicação da multa até a sua homologação. A conselheira Mariana
61 Mascarenhas colocou em votação as propostas: 1) manutenção da multa no valor de R\$ 10 mil reais;
62 2) redução do valor da multa para R\$ 3 mil reais; 3) manutenção da multa convertida em serviços
63 ambientais; foram 8 (oito) votos favoráveis a primeira proposta; 12 (doze) votos para terceira proposta
64 e 1 (uma) abstenção. Passou ao Processo nº 2010-012994/TEC/AIMU-0472 – Iolanda Damascenko
65 Dreschers, referente ao auto de infração de multa, conselheiros revisores Luis Marsala e Emidio
66 Souza. O conselheiro Emidio Souza pediu a palavra a Sra. Iolanda Damasceno, a própria autuada,
67 esclareceu que a multa fora aplicada a uma construção não iniciada; registrou que obtinha os Alvarás
68 da Prefeitura para construir. O conselheiro Emidio Souza apresentou o voto considerando que o valor
69 aplicado foi desproporcional, a interessada não causou nenhum dano ambiental, portanto não caberia
70 a penalidade gravíssima e sim leve; sugeriu redução da multa para o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e
71 quinhentos reais), compatível com a classificação das infrações constante do Decreto Lei nº
72 7967/2001. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou em votação. Foram 20 (vinte) votos
73 favoráveis a redução da multa e uma abstenção. Passou para o relato de processos adiados. O
74 Processo nº 2009-017087/TEC/AIMU-0340 – Cerâmica São Jorge Ltda., conselheiro relator
75 Josemário Martins e 2009-016448/TEC/AIMU-0317 – Embasa S/A, conselheiro relator Roberto
76 Celestino referente ao auto de infração de multa, que apresentaram voto favorável pela manutenção
77 da multa. Não houve destaque. Processo nº 2008-006063/TEC/AIAD-0273 – Cleuzete Santo da Cruz,
78 referente ao auto de infração de advertência, conselheiro relator Teodomiro Souza que apresentou
79 voto pelo arquivamento do processo de acordo ao Parecer Jurídico do Inema. A conselheira Leila

80 Oliveira pediu destaque à matéria. Processo nº 2009-016474/TEC/AIMU-0319 – BCP S/A – Claro,
81 referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 150 mil reais, conselheiro relator Edvalda
82 Aroucha que encaminhou voto pela manutenção da penalidade. Os conselheiros Emídio Souza e
83 Claudio Mascarenhas pediram destaque à matéria. Processo nº 2008-004592/TEC/AIMU-0255 –
84 Ludovico Ansini FAE referente ao auto de infração de multa, conselheiro relator Marcello Nunes que
85 manifestou favorável a manutenção da penalidade com parcelamento do valor da multa. O
86 conselheiro Melquiades Oliveira pediu destaque. Processo nº 2008-002433/TEC/AIAD-0139 – Márcio
87 Andre Ulsenheimer referente ao auto de infração de advertência, conselheiro relator José Cisino que
88 apresentou voto favorável a anulação da penalidade. O conselheiro Daniel Barreto pediu destaque.
89 Processo nº 2007-002021/TEC/AIMU-0230 – Eduardo Humberto Oliveira Barbosa referente ao auto
90 de infração de multa no valor de R\$ 50 mil reais, conselheiro relator Guilherme Moura. A conselheira
91 Leila Oliveira ressaltou que esse processo já havia sido diligenciado em 2009, devolvido ao Inema
92 para atendimento a diligência e a mesma não foi respondida. Considerando a permanência dos
93 fatos, reiterou a diligência. Passou ao Processo nº 2008-010914/TEC/AIMU-0788 – Prefeitura
94 Municipal de Santa Inês referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 50 mil reais,
95 conselheiro relator Aurinézio Barbosa que encaminhou voto favorável a manutenção da penalidade.
96 Os conselheiros Emídio Neto e Josemário Martins pediram destaque à matéria. Processo nº 2009-
97 029236/TEC/AIIN-0179 – Marioveli Neto Grassi referente ao auto de infração de interdição
98 temporária, conselheiro relator Ailton Araujo que apresentou voto pela manutenção da penalidade.
99 Foi aprovado por unanimidade. Processo nº 2008-012772/TEC/AIEM-0050 – Antonio Teixeira de
100 Carvalho referente ao auto de infração de embargo conselheiro relator Marcello Nunes que
101 manifestou voto com recomendações: que Inema fizesse uma nova vistoria para avaliação dos
102 impactos ambientais e possibilidade da aplicação de um Programa de compensação ambiental.
103 Processo nº 2008-000470/TEC /AIAD-0054 – Embasa S/A referente ao auto de infração de
104 advertência, conselheiro relator José Fiuza que apresentou voto pela manutenção da penalidade. O
105 conselheiro Emídio Neto pediu destaque. Processo nº 2008-00608/TEC/AIAD-0274 – Tomak Indústria
106 e Comércio de Móveis referente ao auto de infração de advertência, conselheiro relator Wilson
107 Andrade que apresentou voto favorável pela manutenção da penalidade. Processo nº 2009-
108 002325/TEC/AIMU-0110 – BCP S/A Claro referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 100
109 mil reais e um centavo, conselheiro relator Renato Cunha que apresentou voto favorável pela
110 manutenção da penalidade. O conselheiro Luis Galvão pediu destaque. Em seguida foram colocados
111 em discussão os processos com pedido de destaque. A conselheira Leila Oliveira pediu destaque ao
112 processo do interessado Cleuzete Santos da Cruz para esclarecimentos com relação ao
113 posicionamento do Jurídico do Inema com relação ao recurso interposto pelo interessado. O Sr.
114 Marcos Machado explicou que a área Jurídica opina pela manutenção ou não da penalidade que
115 pode ser acatada ou não pelo gestor do órgão, através de um Parecer Técnico de Análise e de
116 Defesa, da decisão cabe ao autuado apresentar ao Cepram um Recurso Administrativo num prazo de
117 20 dias, que novamente submetido à Procuradoria Jurídica que emite um novo Parecer de acordo
118 com as novas alegações ou não e depois de homologado a Procuradoria submete-se ao Conselho
119 que vai decidir em última instância. O conselheiro Josemário Martins apresentou o voto favorável ao
120 arquivamento do processo, em conformidade com Parecer Jurídico do Inema destacando ter tido
121 bastante embasamento através do Parecer Técnico bem como Jurídico. Passou ao processo da BCP

3



122 S/A CLARO do município de Mairi com pedido destaque. O conselheiro Claudio Mascarenhas
123 manifestou preocupação com as atividades implantação de estação de rádio base relacionada a esse
124 empreendimento; solicitou que fosse inserido como tema para discussão no Colegiado. O conselheiro
125 Emídio Souza defende que seja adotado um aumento continuado de multa que recorrentemente
126 fazem essa atividade. O conselheiro Luis Galvão manifestou pedido de destaque ao Processo dessa
127 mesma empresa no município de Feira de Santana para questionar os valores aplicados à multa de
128 forma diferenciada pelo mesmo fato gerador; propôs que fosse nivelado o valor para R\$ 100 mil reais
129 e um centavo para os dois municípios Mairi e Feira de Santana. A conselheira Leticia Nobre levantou
130 o aspecto da comprovação ou não de danos ambientais ou principalmente a saúde das populações
131 que vivem no em torno das áreas de influência desses tipos de empreendimentos que implicam em
132 campos eletromagnéticos. O conselheiro Renato Cunha disse que considerava o valor aplicado a
133 cada município conforme a análise técnica dependendo da situação local de cada um. A conselheira
134 Mariana Mascarenhas colocou em votação as propostas de manutenção da multa no valor de R\$ 150
135 mil reais e um centavo e a outra a redução da multa para R\$ 100 mil reais e um centavo Foram 13
136 (treze) votos favoráveis a manutenção no valor aplicado inicialmente; 7 (sete) votos favoráveis a
137 redução do valor e 2 abstenções. Processo nº 2008-004592/TEC/AIMU-0255 – Ludovico Ansini FAE
138 destacado pelo conselheiro Melquiades de Oliveira. A conselheira Kátia Lima apresentou voto pela
139 manutenção da penalidade e com base no artigo 397 da Lei nº 10.431 de 2006, sugeriu o pagamento
140 em 12 (doze) parcelas. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou em votação a proposta de
141 manutenção da multa sem parcelamento e a proposta de manutenção da multa com parcelamento;
142 todos concordaram pelo parcelamento. O Processo do interessado Márcio Andre Ulsenheimer com
143 pedido de destaque pelo conselheiro Daniel Barreto. O conselheiro relator José Cisino esclareceu
144 que o interessado foi autuado pelo Estado da Bahia assim como pelo Estado do Piauí; votou contra a
145 penalidade considerando que a infração será corrigida dentro de uma situação legalizada. O
146 conselheiro Daniel Barreto questionou a indicação do relator por se tratar de um empreendimento
147 filiado a Associação de sua representatividade; manifestou pedido de vistas com a intenção de
148 realizar visita técnica ao local, ao tempo em que era favorável a manutenção da penalidade. O
149 conselheiro Melquiades Oliveira ressaltou a necessidade de uma ação fiscalizatória por região, para
150 que se tenha uma visão da situação do Oeste da Bahia. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou
151 em votação a sugestão do relator do pedido de anulação da penalidade e a proposta de manutenção
152 da penalidade, foram seis votos favoráveis à sugestão do relator e 12 votos favoráveis pela
153 manutenção da penalidade; salientou que, com relação aos critérios adotados para distribuição de
154 processos para fins de relatoria, a Secex usa o método de identificação do conselheiro que resida
155 naquela região ou local mais próximo. Passou para o Processo do interessado Prefeitura Municipal
156 de Santa Inês destacado pelo conselheiro Josemário Martins. O conselheiro Sergio Bastos
157 apresentou o voto encaminhado pelo relator Aurinézio Barbosa; ressaltou que o interessado solicitou
158 nulidade da multa, mas a sugestão do relator era pela manutenção. A conselheira Mariana
159 Mascarenhas colocou em discussão. O conselheiro Emídio Souza comentou que o fato gerador não
160 era um caso isolado, por tanto sugeriu que o Inema apresentasse ao Colegiado uma pauta específica
161 sobre disposição de resíduos sólidos; fez observações quanto à responsabilidade do gestor
162 municipal. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que a manutenção da multa fosse reduzida a
163 50% do valor sendo que os outros 50% fosse condicionado à solução do problema através uma

164 Comissão de Acompanhamento do Cepram, considerando o desconhecimento do gestor atual da
165 situação, bem como a impossibilidade financeira do município para sanar esse compromisso. O
166 conselheiro Iglesias Cabalero endossou a sugestão do conselheiro Josemário Martins. O conselheiro
167 Roberto Celestino fez colocações com relação a esse tipo de demanda, geralmente, provocada pelo
168 Ministério Público que por sua vez aciona o órgão ambiental para apontar tal irregularidade; disse em
169 sua opinião, para se criar uma Comissão específica devem-se convidar outras Entidades do poder
170 público; sugeriu que fosse consultado o Inema para sinalizar se seria adequada a proposta de
171 transformar valores dessa multa na solução do problema, considerando a relevância da
172 irregularidade. O conselheiro Luis Galvão falou sobre a necessidade de uniformizar o conhecimento.
173 O conselheiro Wilson Andrade sugeriu que 100% do valor da multa fossem revertidos na solução do
174 problema. O conselheiro Claudio Mascarenhas salientou a importância de rediscutir os instrumentos
175 e as propostas colocadas na solução do problema a nível Nacional. Passou ao Sr. Marcos Machado
176 coordenador da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento do Inema; comentou que a Legislação
177 Ambiental da Bahia prever a conversão de multa em projetos ambientais; fez algumas observações
178 quanto ao assunto em questão, considerando que o pagamento de multa por parte do município não
179 resolveria o problema, por isso estava de acordo com a sugestão de conversão. O conselheiro
180 Renavan Andrade propôs que a Sedur apresente a Política Nacional de Resíduos Sólidos, as ações
181 desenvolvidas e em desenvolvimento pelo Estado da Bahia sobre a Política Estadual de Saneamento
182 em nível de plano. O conselheiro Melquiades Oliveira externou expectativas relativas a essa questão,
183 considerando a situação do Consócio Público que estava sendo discutido pelo Governo. Após as
184 discussões a conselheira Mariana Mascarenhas colocou em votação as propostas de: manutenção
185 da multa e a de converter 100% do valor da multa para solucionar os problemas de resíduos sólidos
186 no município. Foram três votos favoráveis à manutenção e quatorze votos favoráveis à conversão e
187 uma abstenção. No turno vespertino deu continuidade a pauta. A conselheira Mariana Mascarenhas
188 informou que no dia 8 de maio de 2013, será realizada uma reunião conjunta dos Colegiados
189 Ambientais com a participação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea, o
190 Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Comitê de Convivência com a Seca, a ser
191 coordenado pelo representante da Casa Civil com objetivo de discutir as questões da Seca e as
192 ações que o Governo estaria desenvolvendo para o assunto em questão. O conselheiro Melquiades
193 Oliveira informou que será realizada no município de Eunápolis uma Conferência Municipal do Meio
194 Ambiente previsto para dia 27 de maio de 2013. Em seguida, a conselheira Mariana Mascarenhas
195 passou ao Processo do interessado Antonio Teixeira de Carvalho referente ao auto de infração de
196 Embargo, no município de Santa Maria da Vitória com pedido de anulação da penalidade imposta
197 pelo Inema. A conselheira Kátia Lima fez o relato do processo, no qual constou recomendação ao
198 Inema para realizar nova visita ao local para avaliação dos impactos ambiental, bem como a sugestão
199 de converter essa penalidade em um Programa de Compensação Ambiental. A conselheira Mariana
200 Mascarenhas colocou em discussão. O conselheiro José Cisino manifestou preocupação quanto à
201 ação do Embargo o que poderá trazer transtornos à região; concordou com a sugestão de uma
202 Compensação Ambiental. O conselheiro Renato Cunha disse que diante das informações constantes
203 do processo sugeriria uma diligência para conhecer a situação atual. Por fim, o processo foi
204 diligenciado pelo conselheiro Renato Cunha. Passou ao Processo da EMBASA S/A referente ao auto
205 de infração de advertência com pedido de cancelamento da Notificação que homologou essa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

206 penalidade. O conselheiro Emídio Souza pediu destaque à matéria para comentar que tem sido
207 recorrente esse tipo de pedido da Embasa; propôs que o órgão de meio ambiente informasse ao
208 Instituto Nacional Chico Mendes e ao Instituto Biosfera sobre as constantes infrações aplicadas a
209 Embasa por conta das condições precárias de funcionamento das Estações Elevatórias. A
210 conselheira Mariana Mascarenhas registrou diante do exposto pelo conselheiro Emídio Souza foi
211 considerado o voto de sugestão do relator pela manutenção da penalidade; passou ao relato do
212 Processo da BCP S/A – CLARO referente a multa no valor de 100 mil reais e um centavo, com
213 pedido de destaque do conselheiro Luis Galvão. O conselheiro Luis Galvão esclareceu que embora
214 se trate de uma empresa brasileira e dispõe de capital estrangeiro, no Brasil teve que ser registrada e
215 enquadrada no marco regulatório da ANATEL. Passou ao relato de processos novos *sob-rito* sumário:
216 Processo nº 2007-000315/TEC/AIMU-0014 – Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre referente
217 ao auto de infração de multa no valor de R\$ 5 mil reais no município de Capela do Alegre pelo não
218 atendimento a determinação da advertência, conselheiro relator Renavan Andrade que apresentou
219 voto pela manutenção da multa. Processo nº 2009-016894/TEC/AIMU-0329 – Pedreira Brita Forte
220 Ltda referente ao auto de infração de multa no município de Brumado pela efetiva degradação
221 ambiental causada pela extração de substância mineral gnaíse, sem licença ambiental, conselheiro
222 relator Aurinézio Barbosa que apresentou voto pela manutenção da penalidade. O conselheiro
223 Claudio Mascarenhas pediu destaque. Processo nº 2009-02534/TEC/AIMU-0506 – Panificadora Ki
224 Delícia referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 5 mil reais e 5 centavos no município de
225 Brumado por está em atividade sem licença ambiental, conselheiro relator Miguel Accioly não
226 compareceu. Não houve envio do voto. O processo foi adiado. Processo nº 2010-007406/TEC/AIMU-
227 0227 – Frigorífico Regional de Barreiras Ltda referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 2
228 mil reais no município de Brumado por operar equipamentos sem licença ambiental, conselheiro
229 relator José Cisino pediu adiamento. Processo nº 2008-013074/TEC/AIAD-0746 – Gildásio Pereira de
230 Souza Neto referente ao auto de infração de advertência no município de Camaçari por implantação
231 de cerca de arame farpado na APP da Lagoa de Caraúna sem autorização ambiental, conselheiro
232 relator Daniel Barreto que apresentou voto pela manutenção da penalidade. Processo nº 2009-
233 033181/TEC/AIAD-0339 – Restaurante Casa de Taipa – Luiz Paulo Herculian referente ao auto de
234 infração de advertência no município de Itacaré por lançar efluentes em área encharcada à margem
235 de um curso de água do rio de contas, conselheiro relator Ércio da Silva estava ausente; o
236 conselheiro Almir Requião suplente manifestou voto pela manutenção da penalidade com
237 recomendação ao INEMA para uma visita ao local, para verificar as atuais condições do ambiente
238 visualizadas nas fotos ilustrativas do processo, por serem de 2009/2010, segundo os recibos
239 apresentados da EMBASA. Foi aprovado. Processo nº 2009-035018/TEC/AIAD-0371 – Prefeitura
240 Municipal de Barra da Estiva referente ao auto de infração de advertência no município de Barra da
241 Estiva por operação de depósito de resíduos sólidos sem licença ambiental, conselheira relatora Vera
242 Frazão estava ausente. O conselheiro Marcos Gonçalves suplente apresentou voto pela manutenção
243 da penalidade e foi aprovado. Processo nº 2009-001019/TEC/AIAD-0021 – Agropecuária
244 Massaranduba Ltda., referente ao auto de infração de advertência no município de Barreiras por
245 desenvolver atividade de confinamento de gado bovino sem licença ambiental, conselheira relatora
246 Alcina Andrade estava ausente. A conselheira suplente Letícia Nobre apresentou voto pela
247 manutenção da penalidade. O conselheiro José Cisino pediu destaque. Processo nº 2009-

248 032841/TEC/AIEM-0057 – Adil Arlindo Manjabosco referente ao auto de infração de embargo
249 temporário no município de Formosa do Rio Preto por obra de construção de canal para desvio de
250 parte de águas do Rio do Ouro e mais. Conselheiro relator Irundi Edelweis estava ausente. O
251 conselheiro suplente Luis Galvão não tinha informação, o processo foi adiado. Processo nº 2006-
252 002145/TEC/AIAD-0133 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Juazeiro – SAAE referente ao
253 auto de infração de advertência no município de Juazeiro por lançamento de esgoto sem tratamento
254 do Rio São Francisco, conselheiro relator Luciano Fiuza que manifestou voto pela manutenção da
255 penalidade e foi aprovado. Processo nº 2012-018742/TEC/ERPM-0001 – Diretoria de Unidade de
256 Conservação/Inema referente à elaboração do Plano de Manejo da Apa Serra Branca/Raso da Santa
257 Catarina que constou em pauta por equívoco foi retirado de pauta. Passou ao relato do processo da
258 Pedreira Brita Forte Ltda; o conselheiro Sergio Bastos; disse que o interessado, em sua defesa,
259 solicitou reverter à multa em advertência caso contrário fosse reduzido o valor dessa multa. O Inema
260 manteve a multa. O conselheiro Claudio Mascarenhas ratificou a necessidade de rever no Regimento
261 deste Conselho um mecanismo que possa evitar esse tipo de situação, considerando que a indicação
262 do relator não deve ser efetuada quando o mesmo fosse associado à parte interessada. Foi
263 considerado desnecessário esse tipo de entendimento. Passou para o relato do voto de Letícia Nobre
264 referente ao processo da Agropecuária Massaranduba Ltda destacado pelo conselheiro José Cisino.
265 A conselheira apresentou voto favorável à manutenção da penalidade e foi acordado por todos. A
266 conselheira Mariana Mascarenhas informou que foram realizadas seis reuniões de Câmara Técnica
267 de Assuntos Jurídicos para discutir a minuta da proposta de Alteração do Regimento Interno do
268 Cepram; disse que foi finalizada a versão final dessa minuta e aprovada pela Câmara Técnica de
269 Assuntos Jurídicos e Institucionais – Ctajin, para submeter à plenária deste Conselho. O conselheiro
270 Josemário Martins apresentou a proposta de uma Moção pelo Dia Nacional da Caatinga e pela
271 aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 540/2010, que propõe a inclusão da
272 Caatinga e o Cerrado como Patrimônio Nacional; sugeriu uma apresentação sobre o Projeto de
273 reintrodução da Ararinha Azul da Caatinga na natureza. O conselheiro Renato Cunha reiterou a
274 proposta de discussão do Projeto de Zoneamento Ecológico Econômico antes de entrar em consulta
275 pública no mês de maio; reiterou Solicitação de acesso ao Projeto de regaseificação da Petrobrás. A
276 conselheira Mariana Mascarenhas informou que será realizada no dia 14 de maio de 2013, uma
277 reunião conjunta com o Grupo de Trabalho do Conselho da Cidade para discutir a Regulamentação
278 da Política de Saneamento, cuja Lei e a minuta do Decreto se encontram disponível no sitio da Sedur.
279 A Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada se reunirá no dia 2 de maio de 2013, para
280 discutir a proposta de minuta da Resolução de impacto local. Sem mais nada a ser discutido, a
281 sessão foi encerrada. Eu, Eliuda Soares lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais
282 membros integrantes deste Colegiado. Salvador, 26 de abril de 2013. Sem mais nada a ser discutido,

283 **Presidente em exercício:** Mariana Mascarenhas

284 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

285 **Membros:**

286 Agnaldo Neto – Ahseb

287 Almir Requião – Manguezal Meu Quintal

288 Arnor Junior – Abes

289 Aurinézio Barbosa – Cofic

290 Claudio Carilo Magalhães – Copiba

- 291 Claudio Mascarenhas – Germen *Claudio Mascarenhas*
- 292 Daniel Barreto – Bioeste *Daniel Barreto*
- 293 Emídio Neto – Papamel *Emídio Neto*
- 294 Evilásio Fraga – Sindicato Rural de Coaraci
- 295 Guilherme Moura – Faeb
- 296 Iglésias Cabalero – Sind. dos Trab. do Ramo Químico Petrolero do Estado da Bahia *Iglésias Cabalero*
- 297 José Cisino - Aiba
- 298 José Luciano – Cetrel S/A
- 299 José Roberto Celestino – Sinaenco *José Roberto Celestino*
- 300 Josemário Martins – Sind. de Trab. e Trab. Rurais de Santo Amaro *José Roberto Celestino*
- 301 Kátia Lima – Seagri *Kátia Lima*
- 302 Leila Oliveira – Sindicato Rural de Camacan *Leila Oliveira*
- 303 Leiticia Nobre – Sesab *Leiticia Nobre*
- 304 Luis Galvão – Sindbrita *Luis Galvão*
- 305 Marcos Gonçalves – Seinfra *Marcos Gonçalves*
- 306 Melquiades Oliveira – Cepedes *Melquiades Oliveira*
- 307 Osvaldina Cruz – Associação Flora Brasil *Osvaldina Cruz*
- 308 Renato da Cunha – Gambá *Renato da Cunha*
- 309 Renavan Andrade – Sedur
- 310 Ricardo Cassamassimo – Sindpapel *Ricardo Cassamassimo*
- 311 Romeu Temporal – Seplan
- 312 Sergio Bastos – Sinpeq
- 313 Tatiane Simões – Paisart Construtora
- 314 Wilson Andrade – Abaf
- 315 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
- 316 Marília Gavazza
- 317 Eliuda Soares
- 318 **Assessoria Especial:**